

Adroaldo Moura da Silva \*

**R**eceleração da inflação e brusca redução do ritmo de atividade marcam a segunda metade deste ano. De novo o espantinho de um choque ou pacote se alastra entre os agentes econômicos, espalhando terror e mais expectativas inflacionárias. Pior ainda, até as formigas já sabem que ele é ineficaz, enquanto instrumento de combate à inflação.

É preciso insistir num clima de expectativas um pouco mais racionais. Por certo não vivemos num ambiente festivo, de crescimento e estabilidade. A despeito dos múltiplos erros do governo, há algo de novo no ar. Há alguma réstia de luz no fim do túnel. Vejamos então quais os possíveis e poucos sinais de que seremos capazes de construir um futuro melhor.

A devolução dos cruzados terminou por mostrar um importante acerto administrativo do governo. Em julho pintava-se o desastre; devolução a cada mês do equivalente a 2 bilhões de dólares em 12 parcelas iguais e sucessivas e o governo sem caixa pra enfrentar este enfadonho e repetitivo compromisso. Pedir emprestado ao público, acreditava-se, nem pensar. Só restaria ao governo a monetização da dívida, argumentava-se. Explodiria a base monetária, ocorreria aumento temporário de gastos e, portanto, de vendas e definitivamente inaugurar-se-ia nova e forte aceleração inflacionária. A devolução teve início; a população não gastou em bens de consumo nem comprou ativos especulativos; aumentou a poupança voluntária em substituição à forçada (cruzado); e, pasmem, a poupança financeira voltou voluntariamente a financiar o setor público via DER ou via leilão de títulos públicos.

Faltou assim o alimento da explosão de vendas e o gás da possível hiper. O comércio amargou custos crescentes de estoque indesejados e a indústria ainda amarga uma drástica queda em seu ritmo de atividade. Mais inflação foi tudo que sobrou. Assim, o gás da aceleração inflacionária deverá ser curto. Basta que se repita à frente o sucesso já obtido nos meses de agosto e setembro. A racionalidade do público detentor dos cruzados foi e tem sido mais forte que o clima de fossa que povoa a imprensa diária.

Infelizmente, contudo, um novo patamar inflacionário foi inaugurado. Além das expectativas altistas alimentadas na previsão de descontrolado monetário, ainda estamos observando os efeitos da midi-desvalorização cambial de setembro, do reajuste do salário mínimo e da escassez de produtos agrícolas. O irônico em tudo isto é que os desequilíbrios de hoje foram, em larga medida, produzidos pelo inesperado acerto da política econômica de curto prazo do Governo Collor. E não poderia ser diferente, pois os acertos têm sido escassos!

Há também uma certa desconfiância em relação ao desempenho do ministro Marcílio Marques Moreira. Extrapolando experiências de

gestões anteriores de ousadia mal informada e alquimia macroeconômica, a chamada elite acostumou-se e passou a exigir atos de igual natureza da equipe econômica. E eles não vieram. Confundiu-se então discricção administrativa com falta de iniciativa. Por fim, o início do programa de privatização, a midi-desvalorização do cruzeiro e o sucesso da política econômica associada à devolução dos cruzados começaram a levantar a suspeita de que afinal tem "gente" atracada ao leme e de que o governo não está morto. Felizmente.

A fossa interna terminou por contaminar a coisa lá fora. De início, a nova equipe foi saudada com rasgados elogios e isso durou até o frustrado leilão de privatização da Usiminas. Até então a volta de empresas brasileiras ao mercado internacional de capitais refletia a confiança depositada na nova equipe e também a coleta dos benefícios indiretos do sucesso de Chile, México, Venezuela e até Argentina. Apostava-se que o Brasil seria o próximo a entrar no bom caminho. Então, de repente, começou a crescer a desconfiança de que a nova equipe não seria capaz de fazer avançar a renegociação externa e as reformas de modernização do Estado brasileiro.

## 130 A despeito dos múltiplos erros do governo, há algo de novo no ar. Há alguma réstia de luz no fim do túnel

Tudo isso e mais a aceleração inflacionária gerou um equivocado consenso: o Brasil não está preparado. As conseqüências foram e tem sido dramáticas: estancou a entrada de capitais de curto prazo, o que estava dentro tratou de migrar e o valor dos títulos da dívida brasileira lá fora desabou de quase 40 centavos em fins de agosto para 25 centavos (do valor de face) no início de novembro. Sobrou disto tudo uma dramática queda na posição de reservas internacionais do Banco Central. Juros altos e um pouco de agressividade na área cambial são indispensáveis como antídoto a este fantasma.

Como então enfrentar a aceleração inflacionária, a intensificação do processo e a ameaça de nova crise cambial?

Neste quadro, muitos passam a atuar como se um novo congelamento de preços e uma nova suspensão dos pagamentos de juros da dívida externa de médio e longo prazo fossem inevitáveis. Tomara que desta vez sejamos capazes de frear o refrão da profecia que se auto realiza. Isto seria a verdadeira marcha da insensatez.

Há por certo alternativa mais inteligente. A sociedade está pronta para apoiar o processo de modernização do país: maior abertura da economia à competição internacional, menor ingerência do Estado na

economia e maior eficácia da ação do Estado na área social. O Congresso e a população já sabem: não há truque possível que possa a um só tempo, e instantaneamente, debelar a inflação, recuperar as finanças públicas e promover o crescimento. Portanto há clima para fazer estancar as forças do mal que apregoam congelamentos e quetais. Basta que a nível administrativo o governo avance na direção correta. É prematuro duvidar que a equipe do ministro Marcílio seja capaz de tal façanha.

Um caminho seria, por exemplo, imitar um pouco mais nossos parceiros latinos americanos na área externa: unificar o mercado de câmbio e reduzir dramaticamente as tarifas aduaneiras. Na Argentina, por exemplo, não há mais tarifa aduaneira superior a 25%, o que também vale para Chile, Venezuela e México. No nosso caso, atuar nesta direção não requer nenhuma mudança constitucional. A unificação do câmbio, por exemplo, depende de atos meramente administrativos a nível do Banco Central, o qual, no meu entender, já vem se preparando para isto há mais de dois anos. E isto pode ser feito sem renúncia ao monopólio de câmbio e sem sacrificar a regra de fixação da taxa cambial hoje em vigor.

É preciso também retomar a iniciativa na área de desregulamentação de forma radical. Do preço unificado da gasolina a nível nacional à taxa de corretagem nas operações em Bolsas de Valores há um fértil campo para o Governo mostrar-se afinado com o sentimento coletivo de modernização das relações econômicas no país.

Por certo associando-se medidas deste jaez com a aprovação do projeto de lei sobre taxação enviado esta semana ao Congresso se criará clima para reverter o pessimismo e reconquistar a confiança no exterior para chegar a bom termo com a comunidade financeira internacional através de um acordo com o FMI. Isto exorcizaria o fantasma da crise cambial. Com austeridade monetária e fiscal não faltará moeda estrangeira desde que o mundo, lá fora e aqui dentro, perceba que o governo está definitivamente comprometido a fazer avançar o processo de modernização da economia brasileira.

Então passaremos a descobrir que coisas como "confiança" e "entendimento" são na verdade resultados da eficácia administrativa do Governo e não pressuposto para sua ação. Talvez não seja exagero evocar o exemplo do Presidente Menem na Argentina a este respeito. Em menos de um ano emergiu da "fossa" política total para ganhar as eleições no país por força de medidas corretas na área de política econômica. E sem truques. Este, me parece, é o caminho.

\* Professor titular da FEA-USP, ex-presidente da CVM e ex-vice-presidente da área internacional do Banco do Brasil